



# NOSSO ESPECIAL AMIGO

## BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO CRISTÓVÃO COLON “EDIÇÃO PÚBLICA”

www.colon-portugues.blogspot.com

e-mail: [assoc.cristovaocolon@gmail.com](mailto:assoc.cristovaocolon@gmail.com)

Sede: Largo Cristóvão Colon, 7940-170 CUBA

2024 – JUNHO (Nº 24)

### NOTA DE ABERTURA

Assinalamos neste número do nosso Boletim os 530 anos da celebração do Tratado de Tordesilhas, de Junho de 1494 e continuando o que foi feito nos três números anteriores do Nosso Especial Amigo – Edição Pública, divulgamos a quarta parte de um exaustivo estudo cronológico de um dos nossos Membros que coloca em confronto os documentos referentes ao tecelão genovês Cristoforo Colombo com os documentos referentes ao Almirante Don Christóval Colon.

Apoiando essa confrontação de documentos expõe, com base no livro «Colombo genovês – o tio errado» de Carlos A.C. Calado, a contestação às supostas provas da origem genovesa do Almirante Colon, elencadas no livro «Cristóvão Colombo, o Genovês, meu tio por afinidade» da autoria de Luís Filipe Ferreira Reis Thomaz.

**Carlos Calado**

### EFEMÉRIDE

Em 7 de Junho de 1494 os reinos de Portugal e de Castela estabeleciam aquele que será sem dúvida o mais relevante Tratado sobre a “partilha” do mundo. Em consequência da primeira viagem de Cristóvão Colon, os Reis Católicos de Castela e Aragão movimentaram as suas influências junto do Papa Alexandre VI, o aragonês Rodrigo Borgia, para que lhes atribuísse os direitos sobre as terras a que chegara Colon, o que veio a acontecer por intermédio de duas Bulas, datadas de 3 Maio e 4 Maio (que se crê antedatada).

As movimentações diplomáticas entre os dois reinos na disputa sobre as terras encontradas no ocidente, que logo se tinham iniciado quando Colon fez um desvio da sua rota de regresso a Castela,

indo aportar a Lisboa, desenvolveram-se ao longo de um ano e culminaram com um acordo entre D. João II e os Reis Católicos, consubstanciado no Tratado de Tordesilhas.

A segunda Bula Papal já tinha definido uma linha divisória, de polo a polo, ou seja, um meridiano, por recomendação do Almirante aos Reis Católicos, a cem léguas dos Açores e Cabo Verde, para ocidente da qual se atribuía a Castela o direito às terras descobertas. De tal forma, ficavam abrangidas pela zona castelhana as ilhas onde Colon tinha chegado. Mas D. João II pretendeu, e conseguiu, fazer deslocar a divisória por mais 270 léguas, inscrevendo assim 370 léguas no Tratado. Teoricamente, e na perspectiva castelhana, conseguia apenas água.

O Rei português enviou, como seus Embaixadores e Procuradores, Ruy de Sousa, Senhor de Sagres e Beringel, seu filho D. João de Sousa, Almotacel-mor e Aires de Almada, Corregedor das causas civis e do desembargo, todos do Conselho Régio. Os Reis Católicos estavam representados por D. Henrique Henriquez, Mordomo-mor, D. Gutierre de Cárdenas, Comendador-mor e pelo Doutor Rodrigo Maldonado, do Conselho Real. A assinatura do Tratado decorreu em Tordesillas:

*(...) que se faça e atribua pelo dito mar Oceano uma raia ou linha direita de Polo a Polo, do Polo Ártico ao Polo Antártico, que é de Norte a Sul, a qual raia ou linha e sinal se haja de dar e a direito, como é dito, a trezentas e setenta léguas das ilhas de Cabo Verde para a parte do Poente, por graus ou por outra maneira, como melhor e mais cedo se possa dar, de maneira que não seja mais. E que tudo o que até aqui tenha achado e descoberto, e de aqui em diante se achar e descobrir pelo dito Senhor Rei de Portugal e pelos seus navios, tanto ilhas como terra-firme desde a dita raia acima dada na forma supradita, indo pela dita parte de Levante ou de Norte ou Sul dela, tanto que não seja atravessando a dita raia, que isto seja e fique e pertença ao dito Senhor Rei de Portugal e a seus sucessores para todo o sempre. E que todo o outro, tanto ilhas como terra-firme, achadas e por achar, descobertas e por descobrir, que foram ou forem achadas pelos ditos Senhores Rei e Rainha de Castela e Aragão, etc, e pelos seus navios, desde a dita raia dada na forma supradita, indo pela dita parte de Poente depois de passada a dita raia para o Poente ou ao Norte ou Sul dela, que tudo seja e fique e pertença aos ditos Senhores Rei e Rainha de Castela e de Leão, etc, e aos seus sucessores para todo o sempre. (...)*

**Carlos Calado**

### **AGENDA**

#### **17 de Junho – 15h**

Conferência organizada pela Comissão de Estudos Corte-Reais da Sociedade de Geografia de Lisboa. São conferencistas o Dr. Manuel da Silva Rosa (Membro da ACC) e o Professor Doutor João Paulo Oliveira e Costa (da FCSH da Universidade Nova de Lisboa)



## OPINIÃO (Parte 4)

# CONTESTAÇÃO

às supostas “119 Provas” apresentadas por Luís Filipe Thomaz no seu livro «*Cristóvão Colombo, o genovês, meu tio por afinidade*» (2021)

com base numa CRONOLOGIA apoiada no livro “*Colombo genovês - o tio errado*” de Carlos A. C. Calado (2022)

com os dados biográficos disponíveis do tecelão genovês Cristoforo Colombo, e a descrição das circunstâncias evocadas para sugerir suas hipotéticas ligações àquele que foi o Almirante D. Cristóbal Colón, e supostas ligações deste a Génova

# O ALMIRANTE D. CRISTÓBAL COLÓN NÃO ERA NATURAL DE GÉNOVA!

José E. Q. Pereira da Costa - 2023

## CRISTÓBAL COLÓN

*versus*

## CRISTOFORO COLOMBO

## PARTIDA PARA A 3ª VIAGEM

**30 de Maio** - De Sanlúcar de Barrameda, partida do Almirante D. Cristóbal Colón para a sua 3ª viagem ao Novo Mundo, ao comando de seis navios. Tinham decorrido dois anos, desde o regresso da sua 2ª viagem, e só regressaria novamente a Castela daí a dois anos e meio.

**PROVA {33}**: De acordo com Hernando Colón e transcrito por Bartolomé de las Casas, tendo sabido que andariam corsários franceses próximo do cabo de São Vicente, o Almirante decidiu rumar ao Porto Santo onde se deteve durante três dias, antes de seguir para a Madeira. Era lá bem conhecido e foi recebido com muita festa, por já aí ter estado há algum tempo como agente de Paolo di Negro.

**CONTESTAÇÃO**: Seria suposto navegar directamente para as Canárias como acontecera nas duas viagens anteriores, o que até lhe permitiria passar mais afastado do cabo, pelo que é estranha esta justificação para alteração de rumo.

*Mas não surpreende que o Almirante tivesse sido muito bem recebido, uma vez que lá vivera casado com a filha do capitão-donatário da ilha do Porto Santo tendo-se depois mudado para o Funchal.*

*O mesmo não teria acontecido na circunstância de o Almirante ser o Cristoforo Colombo, agente do Paolo di Negro do suspeito "documento Assereto" de 23-25/8/1479, o qual supostamente tinha lá ficado "pendurado" como o agente comercial que fora comprar açúcar encomendado e não tivera dinheiro suficiente para o pagar.*

Da Madeira, o Almirante decidiu enviar três navios directamente à La Española. Ele próprio, com os outros três navios, rumaria a Cabo Verde, onde viria a ser recebido pelo escrivão do tesouro do rei de Portugal. A partir daí rumaria finalmente para Oeste.

**PROVA {89}: O comando de um daqueles três navios que primeiro avançaram para as Antilhas foi confiado ao genovês Juan Antonio Colombo que, na expressão de Bartolomé de las Casas, registada anos mais tarde na “*Historia de las Indias*”, era parente do Almirante e “homem de autoridade, muito capaz e prudente”.**

*CONTESTAÇÃO: O Juan Antonio, com este seu nome em castelhano, não era o primo do Cristoforo Colombo de nome Giovanni Colombo que fora aprendiz de alfaiate, e que partira de Génova para Castela, em finais de 1496, à procura do “primo” Almirante D. Cristóbal Colón. Uma carta que o Almirante enviaria, de Sevilha para o seu amigo frade italiano Gaspar de Gorricio, daí a sete anos, em 4/1/1505, esclareceu esta impossibilidade de coincidência (Juan Antonio = Giovanni). O portador da carta seria então um André, referido como sendo irmão de Juan Antonio e, como o Giovanni não tinha nenhum irmão de nome Andrea (os seus irmãos eram o Matteo e o Amighetto), Juan Antonio era outra pessoa. Aliás, está registado que o Giovanni Colombo estava em Géno-va a 10/2/1500, a participar num acto notarial, quando, seguramente, o Juan Antonio ainda estava no Novo Mundo.*

*E ainda mais, Juan Antonio, após ter sido capitão de navios para o Almirante, foi mordomo-mor do filho D. Diogo Colón e, após a morte deste em 1526, seria transferido para a casa do irmão D. Hernando Colón. E D. Hernando, em 1539, no seu testamento, referi-lo-ia como tendo sido seu criado, natural de Fontenoy-le-Château, para os lados da Borgonha. Tratando-se de uma localidade pertencente a uma neta do corsário Georges de Bissipat, conhecido por “Coulon-le-Jeune”, talvez daí Juan Antonio ter sido apelidado de Colombo ...*

**PROVA {43}: O Almirante soube manter as distâncias para os seus primos Juan Antonio e André Colombo, os quais não receberam o título de “Don” nem o apelido Colón, continuando sempre a ser designados pelo seu sobrenome italiano.**

*CONTESTAÇÃO: No comentário à Prova {89}, ficou demonstrado que Juan Antonio não era o Giovanni Colombo, primo do genovês Cristoforo Colombo, pelo que, tanto Juan Antonio como seu irmão André, não eram primos do Cristoforo, nem tinham nada a ver com Génova. Ainda se acrescenta que em nenhuma carta ou documento, onde Juan Antonio ou André sejam mencionados (pelo Almirante, pelos seus irmãos D. Bartolomé e D. Diego, ou pelos seus filhos D. Diogo ou D. Hernando), os mesmos são referidos como primos.*

*Tratando-se de uns meros marinheiros, não tinham direito ao título de “Don” que era reservado a estratos sociais elevados. Notório que o mesmo não acontecera com Bartolomé Colón, logo tratado por D. Bartolomé, em 14/4/1494, quando os reis de Castela e Aragão lhe entregaram três navios para se ir juntar aos irmãos nas Antilhas, assim como não acontecera com o outro irmão Diego Colón, sempre tratado por D. Diego na documentação oficial.*

**PROVA {97}: O embaixador dos Reis Católicos na corte inglesa alertou-os, por carta de 21 de Julho, para a partida de uma expedição naval comandada por “outro genovês como Colón”, com receio que os ingleses se imiscuissem pelas Antilhas. Destinava-se esta expedição a explorar o Norte do continente americano e aquele “outro genovês” era Giovanni Caboto que obtivera a cidadania veneziana em 28/3/1476, mas que, segundo tudo levava a crer, seria de origem genovesa.**

*CONTESTAÇÃO: O embaixador, embora não identificando aquele navegador, designou-o por genovês, também associando esta mesma origem ao Almirante, como já passava a ser a voz corrente. Mas também é possível que, em Castela, a designação de “genovês” se aplicasse, genericamente, a estrangeiros mal identificados. E, em complemento, desconhecendo-se o que era o “tudo levava a crer”, também a Caboto é apontada a naturalidade genovesa.*

**31 de Julho** - O Almirante chegou a uma ilha das Antilhas que baptizou de Trinidad, junto à costa da actual Venezuela.

**4 de Agosto** - E, atravessando o canal que separava a ilha do continente, pela primeira vez, pisou terras continentais além-atlânticas. Desde sempre se sabia que a Índia não era uma ilha, muito menos habitada por populações primitivas que desconheciam a agricultura e o uso de metais como se caracterizavam estes “índios” do Novo Mundo. Teria de haver uma explicação para que um navegador tão experiente perdesse tantos anos a navegar entre ilhas e ilhotas ...

**5 de Agosto** - Ainda antes da chegada do Almirante à La Española, o irmão D. Bartolomé assinalou, neste dia, a fundação da cidade de Santo Domingo.

Tinha começado a revolta dos caciques locais perante a exploração de milhares de indígenas. E, num sinal também interpretável como de preparação de um movimento separatista, a cidade começou a ser fortificada. O ambiente já era de revolta generalizada por parte dos “espanhóis”, que pressentiam estar a ser traídos, o qual se agravou com a extensão do conflito aos nativos. E tiveram início rebeliões violentas, com Caste-la a ficar cada vez mais intranquila quanto às intenções dos irmãos Colón, até porque também lhe chegava o boato de que pretendiam apoderar-se das ilhas.

**Novembro** - Três meses passados, chegou a Castela a notícia da “importante descoberta” das terras continentais, mas de modo tão confuso que não seria possível alguém orientar-se com seu relato.

### 1499

**PROVA {49}: Em nenhum documento castelhano, anterior às “Capitulações” de 17/4/1492, consta o nome do Almirante como Colón e, logo em Fevereiro de 1493, o diarista Alegretto degli Alegretti, de Siena, ao registar a 1ª viagem, designa-o por Cristoforo Colombo, após notícia levada pelo embaixador genovês em Barcelona.**

*CONTESTAÇÃO: Não teria sido possível, um mês antes da chegada da 1ª viagem, o diarista de Siena ter revelado o seu desfecho do qual tivera conhecimento, não pelo embaixador genovês mas, “por várias cartas de mercadores e pela boca de outras pessoas”. Terá, de facto, feito o registo anos mais tarde, entre 1497 e 1500, já o nome do Almirante tinha sido deturpado para “Colombo”. Isto porque, de acordo com o respectivo prefácio, terá sido antes de 1500 que o diarista preparou um conjunto de efemérides – dos anos entre 1450 e 1496 – onde inseriu essa notícia de Fevereiro de 1493. E a notícia foi “plantada” entre um registo de 13 de Junho e outro de fim de Maio, sem ordenação cronológica rigorosa. Para além de que perde qualquer credibilidade, ao mencionar galés e ao misturar o Novo Mundo com Canárias e Gibraltar.*

*Antes das “Capitulações de Santa Fé”, e desde 5/5/1487, o futuro Almirante foi designado “Cristóbal Colomo” em três registos de pagamentos no ano de 1487 (5/5, 27/8 e 15/10), embora, num quarto registo, em 16/6/1488, já tenha sido designado “Cristóbal Colón”. A fórmula “Cristóbal Colomo” voltaria a ser usada na convocatória real de 12/5/1489, conforme consta do comentário à Prova {46}. Para além de que, em carta de 20/3/1488, o rei D. João II se lhe dirigiu como “Xpõvam Colon”.*

**Setembro** - Vasco da Gama chegou da Índia e a enorme repercussão que este acontecimento teve, após D. Manuel ter escrito aos Reis Católicos dando-lhes conhecimento do que se havia visto na Índia (grandes e ricas cidades, minas de ouro, especiarias, pedras preciosas), acentuou a desconfiança castelhana sobre a localização das terras às quais Colón chegara e ainda mais afectada ficaria a sua frágil posição.

**PROVA {53}: Neste ano, o diarista veneziano Gerolamo Priuli regista as viagens de Colombo e de Vasco da Gama, que mistura e funde numa só, afirmando que tinham chegado a Calecute três caravelas do rei de Portugal cujo patrono era o Colombo.**

*CONTESTAÇÃO: A deturpação do nome do Almirante teve como resultado a generalização da ideia de que se chamava Colombo pelo que, praticamente todos os que se lhe tinham passado a referir, mesmo que sem terem tido qualquer proximidade com ele e desconhecendo os acontecimentos, o designavam por Colombo ou Cristoforo Colombo.*

**PROVA {55}: Nicolo Schillaci designa o Almirante por “Columbus”, na sua versão em latim do relato da 2ª viagem devido a Guilherme Coma.**

*CONTESTAÇÃO: Comentário igual ao associado à Prova {53}.*

Pelos finais do ano, os Reis Católicos tomaram a decisão de enviar uma missão autó-noma para explorar e cartografar aquelas terras ocidentais por onde Colón continuava a navegar e a ocultar o verdadeiro continente.

### 1500

**PROVA {74}: Em Savona, o Cristoforo Colombo e o Giacomo Colombo (= Diego Colón) são judicialmente intimados ao pagamento duma dívida paterna, através de notificação de 8 de Abril, por exigência dum Sebastiano da Cuneo, filho do falecido Corrado da Cuneo e ao que parece irmão de Michele da Cuneo.**

*CONTESTAÇÃO: Os Colombos já não habitavam em Savona, sabendo-se que, em 1483, já tinham regressado a Génova. Nos documentos existentes, essa intimação para o Cristoforo, de 50 anos de idade, e para o Giacomo, de 33 anos, filhos e herdeiros do falecido Domenico, serem presentes a um juiz, para o pagamento da hipotética antiga dívida de 1474 do pai Domenico para com um Seius, é feita por um Titius, filho deste. Duma anotação a este acto, manuscrita à margem na referida publicação de Julius Salinerius, de 1602, um século passado, diz-se que estes nomes não são verdadeiros, e sobre um exemplar existente numa biblioteca de Génova foi deixado, manuscrito em nota de rodapé, com letra do séc. XVII, que Seius era Corrado da Cuneo e Titius era o seu filho Sebastiano. Ou seja, não se tendo, estranhamente, o outorgante identificado pelo próprio nome, é do conteúdo desta anotação que decorre a possibilidade de Titius (Sebastiano) ser irmão de Michele da Cuneo. Acresce que Corrado da Cuneo já falecera há 17 anos, e o Domenico Colombo, mais recentemente, mas mesmo assim já há cerca de cinco anos. Significativo é também que, em 1602, ano da publicação de Salinerius em Génova, ainda decorriam os “Pleitos Sucessórios” sobre a herança do Almirante, no decurso dos quais a apresentação do morgadio contrafeito, baseado na minuta de 22/2/1498, tra-ria benefícios a Génova. Estranhamente, não é mencionado o irmão Bartolomeo Colombo como co-responsável pela dívida paterna. Mas, ainda mais estranhamente, se assume que o Giacomo Colombo é aquele que, em Castela, é identificado por D. Diego Colón ...*

**PROVA {116}: Entretanto, choviam em Castela queixas contra os Colombos, manda-das por carta, ou apresentadas de viva voz à corte pelos que regressavam das Antilhas. Assacavam-lhes mau governo, crueldade, e inexperiência, como “stranieri e ultramontani” (estrangeiros e ultramontanos, os oriundos do outro lado dos Alpes) que jamais haviam aprendido o modo de governar gente de qualidade.**

*CONTESTAÇÃO: Face à dificuldade em encontrar frases em italiano da lavra do Almirante, são os colonos em La Española que se manifestam verbalmente, no idioma italiano, para apelidarem os irmãos Colón de “ultramontani”.*

*A suspeição que recaíra sobre D. Cristóbal Colón, devido ao desvio propositado que fizera para passar em Portugal, no regresso da 1ª viagem, antes de se dirigir para o porto de partida, era terreno fértil que faria*

*crescer a aceitação de ameaças aos direi-tos do Almirante cuja associação a Génova passava a ser voz corrente.*

**Agosto** - Como as queixas contra a governação do Almirante chegaram aos Reis Católicos, estes enviaram Francisco de Bobadilla (1445-1502) à La Española, com plenos poderes para inquirir do seu comportamento e do dos seus homens. Levou mandato para o substituir como governador, pelas suspeitas de irregularidades no seu governo, e prender os três irmãos Colón mandando-os de volta a Castela.

**PROVA {91}: Três dos cinco franciscanos que se encontravam em La Española como missionários escreveram ao cardeal Cisneros expondo as suas queixas contra o Almirante que acusavam de se querer rebelar contra a coroa. Referiram, nomeadamente, que, por ganância pelo ouro descoberto, Juan Antonio Genovês já trabalhava para, em troca de mantimentos, se aliar aos vizinhos da ilha, pelo que não devia ser consentida a vinda de genoveses para esta terra porque a iriam roubar e destruir.**

*CONTESTAÇÃO: Como se referiu, relativamente à Prova {89}, Juan Antonio era natural de Fontenoy-le-Château, na Borgonha, pelo que, designá-lo como genovês, vai de encontro à possibilidade de ser comum apelidar de genoveses os estrangeiros mal identificados.*

**PROVA {92-A}: Duas cartas dirigidas ao cardeal Cisneros, enviadas das Antilhas, datadas de 12 de Outubro. Uma delas de frei Juan de Robles, recomendando que “nem o Almirante nem pertences seus lá voltassem, pois tudo seria destruído”, e a outra de frei Juan de Trassierra, instando-o a tirar de La Española o “poderio do rei Faraó” e a fazer com que “ninguém da sua nação viesse a estas ilhas”.**

*CONTESTAÇÃO: São a confirmação de queixas que havia contra o Almirante, até o referindo como “Faraó”.*

**Outubro** - Na sequência do processo, D. Cristóbal Colón e seus irmãos D. Bartolomé e D. Diego foram destituídos de funções, presos em Santo Domingo e enviados acorren-tados para Castela.

## CHEGADA DA 3ª VIAGEM

**25 de Novembro** - O Almirante D. Cristóbal Colón chegou a Cádiz sob prisão, assim terminando a sua 3ª viagem.

Defendendo-se, escreveu ao Conselho Real pedindo que fossem vistos todos os seus escritos desde que viera servir para Castela, deixando mulher e filhos.

**PROVA {80}: Do processo instaurado por Bobadilla, fez parte a acusação de que, segundo quatro testemunhas, em 1495, durante uma ausência do Almirante de La Española, o seu irmão D. Bartolomé Colón mandara cortar a língua a Teresa de Baeça e a Inês de Malaver por terem afirmado que o pai de ambos era tecelão e que o irmão D. Diego Colón aprendera a tecer seda.**

*CONTESTAÇÃO: Os depoimentos do processo foram recentemente encontrados em Espanha. Bobadilla situou este episódio cinco anos antes, no decurso da 2ª viagem, quando ainda não haveria mulheres europeias em La Española. As primeiras mulheres (uma casada e uma solteira, identificadas, e duas ciganas condenadas por homicídio) só teriam seguido na 3ª viagem.*



*Ao ter-se socorrido, no processo, de todos os argumentos e testemunhos (verdadeiros ou forjados), para reforçar, a todo o custo, as acusações contra o Almirante, numa al-tura em que, em Castela, já se tentava identificar os Colón com os Colombo tecelões, esta ocorrência, a ter acontecido e a tê-lo pelas razões descritas, pode ter correspondido a um depoimento forçado. Porque as versões das testemunhas ouvidas – e foram cinco – não foram coincidentes e, no caso de uma delas, até por ainda lá não estar em 1495. Relativamente ao Giacomo Colombo, aquele que se pretendia confundir com D. Diego Colón, não se conhece nenhum acto em que seja mencionado como aprendiz ou tecelão de seda.*

**Dezembro** - O Almirante conseguiu ser libertado, seria recebido em Granada pelos Reis Católicos e seria reabilitado. No entanto, a protecção real estaria perto do fim. Tendo perdido prestígio e poder, e havendo muitas queixas contra ele, a partir desta altura, a sua principal preocupação foi empenhar-se na defesa dos privilégios pessoais que tinha contratado, em 1492, pelas “Capitulações de Santa Fé”.

**Finais do ano** - Em carta dirigida a “Señores” da corte, o Almirante escreve que, havia 17 anos, ou seja desde 1484, viera servir os reis de Castela e Aragão. E escreveu, na mesma carta, que, em sete anos, conseguira o feito de, nos termos das “Capitulações”, ocupar/conquistar territórios.

**PROVA {67}: Ainda neste ano, ou no início de 1501, o Almirante sentiu necessidade de, mais uma vez, justificar como não tendo sido intencional, em Março de 1493, a sua passagem em Lisboa, no regresso da 1ª viagem, e numa carta à ama do falecido príncipe D. Juan, voltou a atribuir essa passagem a uma tempestade e a lamentar-se das acusações falsas de que fora alvo.**

*CONTESTAÇÃO: Porém, comparando os registos que o Almirante deixou no Diário da 1ª viagem, com o que escreveu a Luis de Santángel para Barcelona na carta que lhe envi-ou de Lisboa em Março de 1493, constata-se que lhe mentiu. De facto, estava a 15 de Fevereiro nos Açores e registou que nessa data estava nas Canárias. E depois, já estava perto de Lisboa, para onde tinha rumado intencionalmente, como se demonstra pelos cálculos com rumos e distâncias, e registou que estava no mar de Castela quando uma tempestade o arrastou para Lisboa.*

*Nesta mesma carta, o Almirante escreveu que “passou sete anos em conversas”, ou seja antes de 1492, o que significa desde 1485, e passou nove anos “executando coisas assinaláveis”, ou seja antes de 1501, o que significa desde esse ano de 1492.*

## 1501

**5 de Janeiro** - Na presença do alcaide de Sevilha, o Almirante obteve no mosteiro de Santa Maria de las Cuevas, quatro cópias autenticadas dos originais das “Capitulações de Santa Fé”, das mercês, das confirmações das mercês, da carta de armas, etc., que anteriormente aí depositara, depósito este que, possivelmente, já fizera antes de par-tir para a 3ª viagem, em 30/5/1498. A este conjunto de documentos do Almirante é actualmente atribuída a designação de “Livro dos Privilégios”, do qual apenas duas cópias nos chegaram.

**PROVA {75}: Em Savona, a 26 de Janeiro, o Cristoforo e o Giacomo Colombo, filhos e herdeiros do falecido Domenico, são dados como ausentes “nas partes de Espanha como foi e é notório” e, em consequência, citados seus antigos vizinhos.**

*CONTESTAÇÃO: Já a família Colombo não residia em Savona há quase 20 anos. Sendo, naturalmente, do conhecimento dos seus antigos vizinhos o boato sobre o Almirante ser um Colombo genovês, terão eles assumido tratar-se das mesmas pessoas. Daí acharem que estariam ausentes “nas partes de Espanha”.*

**PROVA {104}: O “relatório” enviado à senhoria de Génova, por Nicolò de Oderico, embaixador da senhoria em Castela, refere a descoberta, pelo concidadão Colombo, de “muitos incultos bárbaros e povos desconhecidos”.**

*CONTESTAÇÃO: Este excerto dum publicação de 1846, em Génova, por um Luigi Grillo, pertence à oração de apresentação do embaixador genovês perante os Reis Católicos, poucos dias após a sua nomeação, ocorrida a 23 de Abril. Tinham passado oito anos sobre o regresso do Almirante da sua 1ª viagem e, face à deturpação do seu nome, corria já o boato de que se tratava dum cidadão de Génova. E Nicolò de Oderico apresentou-se aos reis invocando o grande feito que uniria Génova e Castela, por intermédio do seu herói comum. Porém, relativamente a ele não acrescenta nada identificativo, unicamente “Colombo, nosso concidadão”, embora dificilmente o conhecesse, uma vez que acabara de chegar a Castela. Curioso também o pormenor de que, nesta publicação de Grillo, o título debaixo do qual aquele excerto se encontra registado é “Cristoforo Colombo, nascido em 1447 ...”. Ora, os registos notariais de Génova permitem concluir que o Cristoforo nasceu em 1451, quatro anos mais tarde.*

**28 de Maio** - O Almirante pede ao notário uma cópia autenticada da autorização real de 23/4/1497.

**PROVA {98}: Numa carta escrita de Granada, a 21 de Agosto, o secretário dum representante da República de Veneza em Castela afirma ter feito amizade com o Colombo e, tendo tido acesso aos então ainda inéditos textos de Pietro Martire d’Anghiera, envia uma relação das suas viagens deles extraída. Esta relação viria a ser impressa, daí a três anos, em Veneza, e nela se lê “... Christophoro Colombo Zenovese ...”.**

*CONTESTAÇÃO: Comentário igual ao associado à Prova {53}.*

**PROVA {92-B}: Os monarcas deram instruções, em 16 de Setembro, ao recém-enviado às Índias governador Nicolás de Ovando (1460?-1511), sucessor de Francisco de Bobadilla, para “recambiar” para Castela os estrangeiros que encontrasse na ilha, provavelmente por o cardeal Cisneros lhes ter feito chegar as queixas descritas nas cartas de 12/10/1500 de frei Juan de Robles e de frei Juan de Trassierra.**

*CONTESTAÇÃO: A ordem para “devolver” os estrangeiros seria consequência das anteriores queixas contra o também estrangeiro Almirante.*

**28 de Setembro** - O Almirante conseguiu obter, em Granada, a aprovação e confirmação real da escritura de morgadio de 22/2/1498, a qual incluiu a transcrição de todos os documentos (autorização real de 23/4/1497 + carta de morgadio + autenticação notarial). Esta aprovação e confirmação real chegou até nós sem a carta de morgadio de 22/2/1498 que terá sido arrancada em data posterior, não sendo possível confirmar o seu teor.

Face à situação em que se encontrava, seria provável que o Almirante pretendesse modificar algo do conteúdo dessa sua carta de morgadio, pelo que pediu ao notário uma cópia autenticada da autorização real de 23/4/1497 para a sua instituição. E, munido desta cópia, começou a preparar uma nova carta de morgadio em substituição da anterior de 22/2/1498.

**PROVA {44}: Hernando Colón, na “Historie ...”, colocaria na boca do pai palavras em que ele, não obstante aludir às suas origens modestas, apresentara a sua rápida ascensão social como a do antigo rei bíblico David, e insinuara ser parente dos Coulons da Gasconha, entre os quais houvera vários almirantes como foi o caso de Guillaume de Caseneuve, conhecido por “Coulon-le-Vieux”.**

*CONTESTAÇÃO: Porém, imediatamente antes destas alusões, Hernando escreveu ter o pai sido um homem de letras e de grande experiência, que não se ocupava nem com coisas manuais ou mecânicas, negando que tivesse tido origens modestas. E, de facto, ao escrever “dêem-me o nome que quiserem, que David, rei sapientíssimo, foi guarda de ovelhas e depois foi feito rei de Jerusalém”, o Almirante assume não ter importância não lhe darem o seu verdadeiro nome e chamarem-no de Colombo tecelão. Aliás, Hernando acrescenta que o pai, numa carta à ama do falecido príncipe D. Juan, escrevera “Não sou o primeiro almirante de minha família”.*

*Mas em lado nenhum dos escritos do Almirante ou do filho é feita alusão a um paren-tesco com o corsário “Coulon-le-Vieux”, pelo que essa referência deverá ser uma bravata de Hernando. Este, por outro lado, refere ter sido o parentesco do pai com o corsário Georges de Bissipat, conhecido por “Coulon-le-Jeune”, que o levava a dedicar-se aos negócios do mar e o levava à participação, em 21/8/1485, na batalha naval do cabo de São Vicente, ocorrência esta acima descrita.*

### 1502

**PROVA {108}: Entretanto, vendo cerceados os privilégios que lhe haviam sido outorgados pelos Reis Católicos, o Almirante mandou entregar cópia autenticada do hoje designado “Livro dos Privilégios” a Nicolò de Oderico, embaixador da senhoria de Génova na corte castelhana.**

*CONTESTAÇÃO: O Almirante tinha contactado com Oderico quando este estivera em Castela, com a missão de pedir aos Reis Católicos que impedissem ataques a navios genoveses. Entretanto, no início deste ano, o embaixador já regressara a Génova. A entrega do “Livro dos Privilégios” está a seguir descrita na Prova {109}.*

**14 de Março** - Aproximando-se a data da partida para a 4ª viagem, o Almirante recebe uma carta dos Reis Católicos confirmando os seus direitos e prometendo-lhe mercês.

**PROVA {109}: Com data de 21 de Março, existe uma carta do Almirante, de Sevilha para Nicolò de Oderico em Génova, referindo que lhe tinha enviado cópia autenticada do “Livro dos Privilégios”, através do banqueiro genovês Francesco de Ribarol. Oderico, após o receber, deveria remeter essa cópia às autoridades genovesas a quem, se supõe, seria destinada.**

*CONTESTAÇÃO: Esta carta, enviada menos de dois meses antes da partida do Almirante para a 4ª viagem, e dirigida a Oderico em Génova, pessoa que ele conhecera em Castela no ano anterior, regista que este exemplar do “Livro dos Privilégios”, que Fran-cesco de Ribarol lhe faria chegar, deveria ser guardado em lugar seguro e essa circuns-tância ser comunicada ao filho D. Diogo. Não há, nesta carta, nenhuma indicação de que os documentos se destinassem às autoridades genovesas, pois o pedido do Almirante é só no sentido da guarda segura do “Livro dos Privilégios” e de ser dada essa informação ao filho. O seu fulcro é a segurança e o segredo, não é Génova. De facto, os documentos ficaram à guarda de Oderico e, só em 10/1/1670, uma cópia seria revela-da por um seu descendente. O Almirante avisava ainda, nesta carta, que um segundo “Livro dos Privilégios”, já com uma nova escritura, lhe seria enviado da mesma forma, acrescentando que os Reis Católicos tinham prometido dar-lhe tudo o que lhe pertencesse e dar a titularidade a D. Diogo, inclusive como Vice-Rei.*

*Uma segunda carta do Almirante, de Sevilha para Oderico em Génova, em 27/12/1504, após chegada da 4ª viagem, passados quase três anos e tratando do mesmo assunto, será objecto da análise à Prova {112}.*

**Possivelmente, ainda em Março** - O Almirante envia uma carta ao seu filho D. Diogo, que estava com 22 anos de idade, informando que quatro banqueiros genoveses estabelecidos em Sevilha, Francesco de

Ribarol, Francesco Doria, Francesco Catagno e Gaspar Espínola, Ihe tinham conseguido um empréstimo para fazer face ao seu investimento no custo da 4ª viagem – a oitava parte desse custo. Ou seja, era necessário recorrer a financiamento para, posteriormente, ser possível receber a oitava parte dos lucros, nos termos das “Capitulações de Santa Fé”.

Nesta mesma missiva para o filho, manda destinar, em termos de testamento, 10% dos futuros rendimentos a parentes mais necessitados, conforme constará de uma nova carta de morgadio e testamento que, possivelmente, já teria preparado e que faria reconhecer notarialmente daí a dias.

**1 de Abril (data provável)** - É outorgada a escritura notarial dessa nova carta de morgadio e testamento, a qual o Almirante deixará à guarda do mosteiro de Santa Maria de las Cuevas, em Sevilha, conforme diria mais tarde. Esta escritura viria, no entanto, a desaparecer, sabendo-se, porém, que tal terá ocorrido após 1560, uma vez que, neste ano, ainda se sabe que existia.

**PROVA {110}: O Almirante escreveu, com data de 2 de Abril, ao Ufficio di San Giorgio, instituição genovesa também actuando como casa bancária, começando por dizer que, embora estando em Castela, o seu coração estava sempre em Génova, e transmitindo a sua vontade de que a décima parte de todos os rendimentos que anualmente o seu filho D. Diogo viesse a obter aí fossem para sempre depositados, em desconto da renda do trigo, do vinho e de outras vitualhas alimentícias. Mais comunicou que gostaria fossem vistos os privilégios com os quais os reis o tinham honrado e que Nicolò de Oderico tinha em boa guarda.**

*CONTESTAÇÃO: A décima parte dos rendimentos que o Almirante pretendia fosse anualmente depositada não era uma oferta. Destinava-se a descontar no valor necessário para, especificamente, custear géneros alimentícios. De facto, nos termos das “Capitulações de Santa Fé”, Cristóbal Colón tinha direito à oitava parte dos rendimentos obtidos nas Índias, mas desde que tivesse investido um oitavo das despesas de armação e abastecimento dos navios. Ora, o Almirante, que ainda não tinha conseguido ganhos relevantes, financiava, junto do Ufficio di San Giorgio, esse oitavo das despesas dando como garantia a décima parte dos rendimentos futuros. Para demonstração de confiança, tinha entregado, à guarda de Oderico, o seu “Livro dos Privilégios” que pedia fosse visto. Ou seja, apresentava estes documentos como garantia para o empréstimo solicitado e, obviamente, o seu coração estava lá, pois desejava ardentemente a sua aprovação.*

*Porém, na carta que o Almirante escreveria em 27/12/1504 a Oderico (Prova {112}), afirma que tinha enviado ao Ufficio uma segunda carta, que trataria de assunto distinto. Dessa carta não houve conhecimento público, não obstante se saiba que o Ufficio tinha um arquivo bem organizado e dificilmente algo se perderia. Assim sendo, esta segunda carta extraviou-se ou foi subtraída do arquivo. O seu desaparecimento pode ter dificultado uma interpretação explícita deste negócio ...*

**9 de Abril** - Nicolò de Oderico foi novamente nomeado para se deslocar a Castela, só regressando a Génova meses depois, já após a partida do Almirante.

(continua)